




FUNDAÇÃO
Ricardo
do Espírito
Santo Silva

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011

af. h.

Ricardo
Espírito
Santo Silva
BTS
sc

ANO ECONÓMICO DE 2011

RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Conselho Directivo

PRESIDENTE – Dr. Luís Ferreira Calado

VOGAL NATO – Dr. Nuno Leite de Faria

VOGAL NATO – Dr. Pedro Rodrigues Felício até 15/08/2011
Dr^a Elsa Roncom Santos a partir de 16/08/2011

VOGAL NATO – José Medeiros Tavares
(António Valdemar)

VOGAL – Dr^a Berta Bustorff

VOGAL – Dr. Francisco Murteira Nabo

VOGAL – Dr. Henrique Granadeiro

Lisboa, 26 de Abril de 2012

CÓPIA DE PARTE DA ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de 2012, pelas 10 horas, reuniu o Conselho Directivo da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva na sua sede, ao Largo das Portas do Sol, 2, em Lisboa, sob a presidência do Dr. Luís Ferreira Calado, com a presença dos vogais: Dr. Nuno Leite de Faria, representante da Família do Fundador da FRESS, Dr^a Elsa Roncon Santos, Directora Geral do Tesouro e Finanças e Dr^a Berta Bustorff. Não puderam estar presentes o Dr. Henrique Granadeiro e o Dr. Francisco Murteira Nabo que justificaram a ausência por motivos profissionais, bem como o Sr. António Valdemar, Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes.

Foi apreciado o Relatório e Contas de 2012 pelos membros presentes, tendo o mesmo sido aprovado e assinado.

.....
E nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão

Está conforme

Lisboa, 26 de Abril de 2012

O Presidente do Conselho Directivo


(Luís Ferreira Calado)

M. L.
AMS
se

ÍNDICE

I – RELATÓRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. O ANO DE 2011 NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA GLOBAL
3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA
 - Da Actividade Corrente
 - Do Investimento
 - Dos Recursos Humanos
4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS
5. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS
6. ANÁLISE DO BALANÇO
7. ANÁLISE DE RESULTADOS
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

II – BALANÇO

III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IV – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

R. Li
RES
κ

I
RELATÓRIO

I RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO

O ANO DE 2011 NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA GLOBAL

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

ANÁLISE DO BALANÇO

ANÁLISE DE RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

II BALANÇO

III DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IV ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

APRESENTAÇÃO

01. A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS) é uma pessoa colectiva de utilidade pública e natureza privada, criada na cidade de Lisboa em 1953 por iniciativa do Dr. Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva, com os bens e valores por ele doados ao Estado, de maneira a criar o Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas.
02. A Fundação tem por objecto a arte de saber-fazer nas artes decorativas e relacionadas, enquanto património cultural e artístico, designadamente nas suas vertentes museológicas, académicas, oficiais e de conservação e restauro.
03. A Fundação tem por missão a preservação, divulgação, ensino e investigação da arte de saber-fazer:
 - (i) Por via do Museu, conservando e promovendo a divulgação das artes decorativas e relacionadas nomeadamente da colecção de Artes Decorativas Portuguesas que constitui o acervo museológico da Fundação;
 - (ii) Por via das Escolas, promovendo o ensino e investigação na arte de saber fazer, nas artes decorativas e relacionadas;
 - (iii) Por via das Oficinas, assegurando a perpetuação dessa arte de saber fazer garantindo a sua existência patrimonial.
 - (iv) Por via do Departamento de Conservação e Restauro, promovendo a conservação e restauro no domínio das artes decorativas e relacionadas, conjugando a arte de saber fazer oficial com o saber como fazer derivado das técnicas e métodos associados à disciplina de conservação e restauro.
04. O exercício de 2011 constitui o primeiro ano completo do mandato do actual Conselho Directivo e que é composto por:

Presidente:

Dr. Luís Ferreira Calado

Vogal representante da Família do Fundador:

Dr. Nuno Leite de Faria

Vogal representante do Ministério das Finanças / Director Geral do Tesouro e Finanças:

Dr^a Elsa Maria Roncon Santos

Vogal representante do Ministério da Cultura / Presidente da Academia Nacional de Belas Artes:

Sr. José Stone de Medeiros Tavares / António Valdemar

Vogais convidados:

Dr^a Berta Bustorff

Dr^o. Henrique Granadeiro

Dr^o Francisco Murteira Nabo

O ANO DE 2011 NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA GLOBAL

05. O exercício correspondente ao ano económico de 2011 deve, em rigor, ser analisado no contexto mais alargado da estratégia de sustentabilidade e viabilidade do Projecto FRESS, posta em prática a partir de 2006. Com efeito, partindo da análise da realidade social, económica e cultural do País, hoje bem diferente daquela que se verificava na época da criação da Fundação (1953), o Conselho Directivo, nomeado em 8 de Setembro de 2005, definiu para o efeito uma estratégia assente em duas premissas consideradas fundamentais:

- (i) A resolução da dívida bancária acumulada que atingia já valores in comportáveis (cerca de 5 a 6 vezes o valor do orçamento corrente anual) e que, entre outras consequências, asfixiava qualquer esforço de recuperação económica;
- (ii) A necessidade de uma clarificação por parte do Estado do papel desta Fundação no contexto da Sociedade em geral, da política cultural em particular e mais especificamente nos domínios do ensino, formação profissional e da conservação e restauro.

Se a primeira destas premissas viria a ser resolvida no final de 2007, graças ao empenho do Ministério das Finanças e da compreensão e apoio mecenático por parte do Grupo Espírito Santo (BES) ao perdoar 9 milhões de euros de dívida, a segunda das premissas, pese embora os esforços do Conselho Directivo junto dos vários responsáveis governamentais que passaram pela pasta da Cultura, acabaria por não ter qualquer resultado.

06. A estratégia de sustentabilidade e viabilidade visava a seu tempo reactivar o projecto na sua globalidade, tal como fora pensado e implementado pelo

Fundador, com perfeito respeito pelas características patrimoniais e culturais originais, e, simultaneamente reajustar as actividades da Fundação às circunstâncias actuais de funcionamento dos mercados onde se vê obrigada a actuar por imperativos do modelo de financiamento. De facto, pese embora sendo um projecto cultural, ao não ter os devidos apoios financeiros, por parte do Estado, tal como fora previsto na sua criação em 1953, nem uma base de rendimento fundacional, a Fundação vê-se na contingência de actuar nos mercados na perspectiva de reforço dos níveis de autofinanciamento.

07. Por contraponto da situação chegada no final de 2005, houve necessidade de reanimar as vertentes mais debilitadas, a saber, as oficinas e o museu, ao mesmo tempo que se procurava encontrar um modelo estável mais ajustado para as escolas.
08. A nível das **Oficinas**, procedeu-se a um trabalho de fundo de renovação da geração de mestres. Sem grande impacto no montante global das despesas com o pessoal, reforçaram-se as oficinas com jovens aprendizes formados nas nossas escolas, de maneira a garantir a transmissão geracional das artes de Saber Fazer, afinal, um dos grandes desígnios da Fundação. Foi assim que no final de 2011 forma nomeados, por proposta do Conselho de Mestres, novos 7 mestres oficiais nas áreas da marcenaria, pintura, decoração de livros e fundição.

Simultaneamente, do ponto de vista estratégico, perante os resultados da análise efectuada à tendência dos últimos anos, a Fundação definiu as seguintes prioridades, neste domínio:

- (i) Reforçar a componente da conservação e restauro virada para o mercado interno;
- (ii) Suspender as intervenções de conservação e restauro no estrangeiro, designadamente no Brasil, atendendo aos elevados custos;
- (iii) Desencadear uma forte acção de internacionalização no que respeita a obra nova, criando para o efeito uma empresa, "Manufactum", de maneira a aligeirar os mecanismos processuais relacionados com a divulgação e participação em certames no exterior;
- (iv) Implementar uma política comercial mais agressiva de maneira a colocar as oficinas em trabalho directo para cliente, reduzindo desta maneira a acumulação de stocks de produto acabado.

09. A nível do **Museu**, a par de uma política de comunicação e divulgação mais consistente no sentido de fidelizar e captar novos públicos, procedeu-se ao reforço das actividades complementares, tais como:

- (i) Reformulação da loja do museu, com renovação da imagem, conteúdos e espaços;
- (ii) Reforço do segmento correspondente à cedência de espaços;
- (iii) Implementação das visitas guiadas museu/oficinas em português e línguas estrangeiras;
- (iv) Renovação da política de acolhimento e actividades com as camadas mais jovens.
- (v) Reforço da componente artística contemporânea convidando artistas para residências artísticas, exposições temporárias e trabalhos de autor efectuados nas oficinas da Fundação.

Simultaneamente, iniciou-se a reformulação do circuito museológico, com melhorias no capítulo museográfico, sempre respeitando e em obediência ao projecto inicial do Fundador, mas garantindo melhores condições de exposição e de conservação das peças para além do reforço no domínio da segurança.

10. A nível das **Escolas**, a par da adaptação ao processo de Bolonha (ESAD), reformulou-se a oferta formativa introduzindo uma nova vertente no domínio da conservação e restauro (curso de especialização tecnológica, licenciatura e mestrado). Iniciou-se um processo de reflexão e análise que irá conduzir a uma clarificação formativa e institucional do Instituto de Artes e Ofícios.

Simultaneamente, iniciaram-se os estudos e projectos de regionalização e/ou internacionalização da nossa capacidade de ensino e de formação profissional.

11. A estratégia assim definida apontava para o reforço do autofinanciamento por via do acréscimo possível de receitas próprias e por via de uma política de contenção de custos. Neste último caso, as medidas com impacto nas contas foram as seguintes:

- (i) Suspensão da actualização de vencimentos e progressão na carreira a partir de 2008, medida tomada com a compreensão e concordância dos trabalhadores e estrutura representativa;
- (ii) Renegociação dos contratos com fornecedores, prazos de pagamento e melhoria da política de compras.

No período 2006 / 2009, por comparação com o ano de base (2005), os resultados alcançados foram bastante animadores:

Orçamento de Funcionamento

	Taxa de crescimento médio anual (2005 / 2009)
Receitas próprias (a)	+ 23,0 %
Custos operacionais	+ 2,6 %
EBITDA	+ 30,0 %
Resultados líquidos	+ 24,5 %

(a) vendas + prestação de serviços / não inclui subsídios e mecenato

12. Porém, a crise económica, que se instalou com maior gravidade no final de 2009 e mais acentuadamente em 2010 e 2011, acabou por interromper e comprometer o ritmo de recuperação evidenciado a partir de 2006. Basicamente, os indicadores económicos nestes últimos dois anos foram fortemente afectados pela quebra significativa das receitas próprias, reflexo do comportamento dos mercados:

- (i) Menos alunos inscritos nas escolas, algumas desistências e atraso no pagamento das propinas;
- (ii) Menos encomendas de obra nova;
- (iii) Suspensão de trabalhos já adjudicados e/ou em curso, designadamente no domínio da conservação e restauro;
- (iv) Adiamento e/ou anulação de projectos de investimento por parte de clientes.

As receitas próprias nestes últimos dois anos caíram, respectivamente, 20,4% e 21,6%, o que contrapõe ao crescimento médio anual de 23% no período compreendido entre 2005 e 2009.

U. L.
MS
R
Ricardo Espírito Santo Silva

Orçamento de Funcionamento

	Taxa de crescimento anual	
	2010	2011
Receitas próprias (a)	- 20,4%	- 21,6%
Custos operacionais (b)	- 5,1%	- 10,7%
Resultados antes de amortizações, juros e impostos	+ 64,6%	- 43,2%
Resultados líquidos	+ 35,9%	- 19,9%

(a) Vendas + prestação de serviços / não inclui subsídios e mecenato

(b) Despesas c/ pessoal + FSE + Custo de matérias primas

13. Significa isto que nos dois últimos anos, as receitas próprias somadas caíram quase um milhão de euros, como reflexo do comportamento recessivo dos mercados. Comparativamente com o valor das receitas próprias atingidas em 2009, verificou-se uma quebra de 37,6%. Este impacto não foi devidamente compensado pelo reforço do apoio estatal através do Fundo de Fomento Cultural, nem, atendendo à situação económica vivida no país, foi possível contar com o reforço do apoio mecenático.

Pese embora todo o esforço de contenção de custos operacionais efectuado, designadamente nas despesas com o pessoal e no fornecimento e serviços externos (juntos pesam cerca de 90% do total dos custos operacionais), o impacto negativo nas receitas em 2011 só parcialmente foi compensado pela redução dos custos operacionais.

Da quebra de receitas próprias conjuntas em 2010 e 2011, equivalente a uma perda de 980.489 euros, cerca de 62,4% foi compensado pela redução dos custos operacionais.

Variação Anual

(euros)

	2010	2011	(2010 + 2011)
Receitas próprias	- 531.836	- 448.653	- 980.489
Custos operacionais	- 264.583	- 346.730	- 611.313
• Pessoal	- 34.469	- 94.790	- 129.259
• FSE	- 228.402	- 200.968	- 429.370
• CMVC	- 1.712	- 50.972	- 52.684
Agravamento (reflexo nos prejuízos)	267.253	101.923	369.176
Compensação do agravamento pela redução dos custos operacionais	49.7%	77.3%	62.3%

Apesar das dificuldades conhecidas em 2011, com a redução da actividade económica, verifica-se neste ano uma maior capacidade de acomodação dos efeitos recessivos dos mercados por parte dos custos operacionais. Com efeito, a perda de receitas próprias em 2011 foi compensada em 77,3% pela redução dos custos operacionais, minimizando desta forma o agravamento expectável dos prejuízos em 2011.

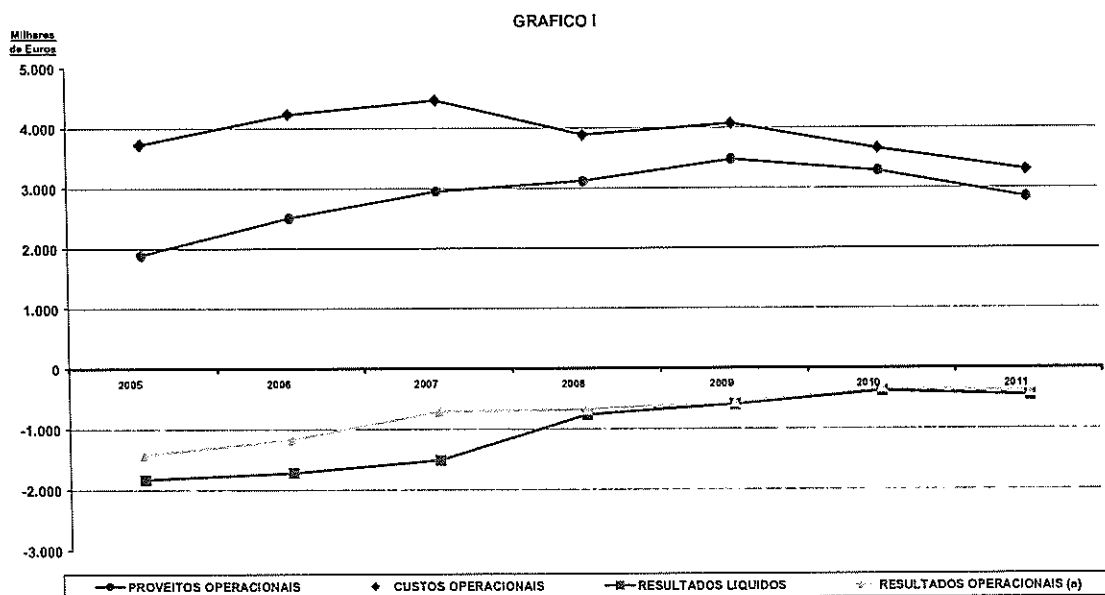
14. Porém, a capacidade de resposta à quebra sistemática das receitas próprias através da contenção / redução dos custos operacionais tem um limite. Com efeito, torna-se difícil, a partir daqui, acomodar / compensar por via da gestão dos custos operacionais o mau comportamento dos mercados, atendendo à natureza intrínseca das actividades da Fundação: nas Escolas as turmas funcionam independentemente do menor número de alunos inscritos e/ou pagantes; no Museu, a sua actividade corrente deve prosseguir independentemente do maior ou menor número de visitantes; as Oficinas devem manter uma actividade mínima corrente, independentemente do haver ou não obras para clientes. Quer isto dizer que, a partir de determinado nível de arrefecimento da actividade global, não será mais possível reduzir custos sem que isso ponha em causa o projecto global e provoque danos irreparáveis a curto e médio prazos.

Por exemplo, foi o quarto ano consecutivo em que se não verificou qualquer reajustamento salarial. Este mecanismo de contenção de custos dificilmente se poderá manter, por razões óbvias e de justiça.

15. Conforme se comprova pela leitura do quadro e gráfico seguintes, o ano de 2010 marcou a ruptura da tendência de crescimento das actividades da Fundação iniciada em 2006. O comportamento dos mercados fez-se sentir na redução das receitas próprias. (- 20,4%). Ainda assim, em 2010, foi possível manter a tendência de melhoria dos resultados do exercício. O ano de 2011, com o agravamento acentuado dos mercados e, conseqüentemente, com nova redução das receitas próprias (- 21,6%), marca a ruptura da melhoria dos resultados do exercício iniciada em 2006.

RESULTADOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PROVEITOS OPERACIONAIS	1.885	2.501	2.938	3.106	3.464	3.271	2.833
CUSTOS OPERACIONAIS	3.722	4.223	4.452	3.874	4.058	3.652	3.289
RESULTADOS OPERACIONAIS (a)	-1.430	-1.175	-708	-678	-569	-326	-390
RESULTADOS LIQUIDOS	-1.837	-1.722	-1.514	-768	-594	-381	-456

(a) Resultados antes de impostos e juros



16. O exercício de 2011 evidencia e reforça as conclusões expressas no relatório e contas do ano anterior e que aqui se reproduzem:

- (i) As características inerentes ao projecto da FRESS, tal como foi concebido desde a sua criação em 1953, não permitem que a sua sustentabilidade económica dependa estruturalmente das regras de funcionamento do mercado. Tal não significa, porém, que a Fundação, sendo do domínio privado, não tenha que se orientar por preocupações de racionalidade económica sem que tal signifique pôr em causa e/ou desvirtuar o projecto essencialmente cultural e patrimonial que está na origem da sua criação;
- (ii) Definitivamente, os efeitos da crise económica sentidos nos últimos anos, afectando os mercados, recolocam no centro das preocupações estratégicas desta Instituição, a necessidade de clarificação do seu papel no contexto da política cultural nacional e a necessidade de definição de uma estrutura de financiamento adequada à sua missão;
- (iii) A ausência de clarificação destas questões tem conduzido a um perfil da estrutura de financiamento desajustado à missão cometida à Fundação. O financiamento das actividades tem vindo a assentar na boa vontade do mecenas institucional (Grupo Espírito Santo), na resposta do mercado (receitas próprias), na decisão de não actualização de vencimentos desde 2008, e, supletivamente no endividamento bancário, para além do reduzido apoio estatal por via do Fundo de Fomento Cultural (5% das necessidades financeiras da actividade corrente).

Estrutura de Financiamento
(média anual 2008 / 2011)

Receitas próprias	64%
Mecenato privado	23%
Apoio estatal (FFC)	6%
Endividamento	7%

17. A leitura da trajectória iniciada em 2006 e as dificuldades advindas a partir de 2009, com maior reflexo em 2010 e muito em particular em 2011, permite-nos pensar que a viabilidade da actividade económica desta Fundação estará estritamente associada ao crescimento da procura (aumento das receitas próprias) e/ou ao reforço dos apoios mecenático.

Neste particular, ganha cada vez mais urgência a necessidade do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, em clarificar o papel que esta Fundação pode e deve, em **nome do Estado**, assumir no contexto da política cultural em geral e muito em particular nos domínios do ensino, da formação profissional e na conservação e restauro.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Da Actividade Corrente

18. A actividade corrente em 2011, comparativamente com o ano anterior, apresenta nova redução do volume de negócios / receitas próprias, reflexo directo da crise económica generalizada, parcialmente compensada por uma nova redução dos custos operacionais.

(em euros)

QUADRO - I	2009	2010	2011	Varição 2011/10
• Vendas e prestação de serviços	2.604.547	2.072.712	1.624.021	- 21,6%
• Subsídios	808.821	1.070.535	1.030.683	- 3,7%
• Variação nos inventários da produção	(186.484)	(61.964)	1.105	(...)
• Trabalhos para própria empresa	-	62.343	49.791	- 20,1%
	<u>3.226.884</u>	<u>3.143.626</u>	<u>2.705.638</u>	<u>- 13,9%</u>
• Custo de mercadorias e matérias primas	104.954	103.242	52.270	- 49,4%
• Fornecimentos e serviços externos	1.239.076	1.010.674	809.706	- 19,9%
• Gastos com o pessoal	2.141.346	2.106.877	2.012.087	- 4,5%
• Imparidade de dívidas a receber	4.683	2.533	(47.169)	(...)
• Provisões (processos judiciais em curso)	-	27.882	(27.882)	(...)
• Outros rendimentos e ganhos	(236.701)	(127.569)	(79.934)	- 37,3%
• Outros gastos e perdas	363.556	158.153	184.406	+ 16,6%
	<u>3.616.914</u>	<u>3.281.792</u>	<u>2.903.484</u>	<u>- 11,5%</u>
• Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(390.030)	(138.166)	(197.845)	- 43,2%
• Gastos / reversões de depreciação e de amortizações	179.240	188.247	192.603	+ 2,3%
• Resultado operacional	(569.270)	(326.413)	(390.448)	- 19,6%
• Juros e gastos similares	24.632	54.346	65.950	+ 21,4%
• Resultados líquidos	(593.902)	(380.759)	(456.398)	- 19,9%

19. Os resultados líquidos apurados agravaram-se 19,9% comparativamente a 2010, interrompendo desta forma a tendência de melhoria iniciada em 2006. Ainda assim, os resultados líquidos (prejuízos) de 2011 são bastante melhores que os verificados em 2009 (melhoria de 23%) e nos anos anteriores.

Resultados líquidos

	Varição anual
2006	+ 6,3 %
2007	+ 12,1 %
2008	+ 49,2 %
2009	+ 22,7 %
2010	+ 35,9 %
2011	- 19,9%

20. A actividade corrente em 2011, traduzida no nível de receitas próprias geradas directamente pelos diversos sectores de actividade (Museu – Escolas - Oficinas), regista um significativo decréscimo comparativamente com o ano anterior. A redução de receitas próprias foi generalizada a todos os sectores, com especial destaque para o subsector da conservação e restauro que registou uma nova redução de 42,4%, o equivalente a menos 236 mil euros no ano. A justificação deste facto prende-se directamente com a crise económica que provocou o adiamento e/ou desistência de investimentos privados no domínio da recuperação de património e edifícios com componentes artísticas, mercado preferencial da Fundação. Refira-se a este propósito que o Estado e muito em particular o Ministério da Cultura / Secretaria de Estado da Cultura e as suas instituições persistem em não contar com a FRESS nem sequer a consultar para orçamentos de conservação e restauro do património nacional.

QUADRO - 2	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Volume de negócios (a)	1.140.075	1.347.305	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.712	1.624.059
EBITDA	(1.451.238)	(938.883)	(917.448)	(615.715)	(358.380)	-	-
Resultado operacional (b)	(1.430.149)	(1.175.273)	(707.804)	(677.562)	(569.271)	(326.413)	(390.448)
Resultados líquidos	(1.836.751)	(1.721.903)	(1.514.125)	(768.440)	(593.902)	(380.759)	(456.398)
Nº médio p.t.	99	108	112	105	107	106	104
Receitas próprias/ p.t.	11.516	12.475	13.665	20.831	24.343	19.554	15.616

(a) vendas + prestação de serviços + proveitos suplementares

(b) resultados antes de impostos e juros

21. A redução das receitas próprias (- 21,6%) foi parcialmente compensada pela redução dos custos operacionais (- 10,7%), principalmente pela redução dos encargos com o pessoal (- 4,5%), representando – 95 mil euros, e pela redução dos fornecimentos e serviços externos (- 19,9%), representando – 201 mil euros.

A redução dos encargos com o pessoal reflecte a conjugação de dois factores: o não se ter procedido a qualquer reajustamento salarial, e o facto de as saídas de pessoal, por reforma ou fim de contrato, terem sido compensadas com entradas de pessoal com vencimentos inferiores.

A redução dos encargos com os fornecimentos e serviços externos tem sido feita à custa do risco limite que põe em causa a qualidade mínima dos serviços prestados (caso das Escolas e Museu) e das próprias condições de trabalho, higiene e segurança (caso das Escolas e Oficinas).

Do Investimento

22. Na ausência de um orçamento de investimentos, por insuficiência de verbas para o efeito, e aproveitando a recessão dos mercados em 2011, adoptou-se uma vez mais, à semelhança do ano anterior, uma política de valorização e reparação das instalações, com especial destaque para as Oficinas e Museu, com recurso à mão-de-obra interna.

O montante global de investimentos em 2011 foi aproximadamente 90 mil euros:

- Nas Escolas foram investidos quase 25 mil euros na melhoria das condições das instalações e no reforço do equipamento sobretudo na área do laboratório e da informática. Apesar deste investimento há a perfeita noção das precárias condições em que as Escolas funcionam, designadamente a ESAD;
- No Museu foram investidos quase 20 mil euros na conservação e restauro do acervo, na melhoria das condições de segurança e na melhoria das condições de visita. Apesar deste esforço, há a perfeita noção das necessidades prementes de investimento no Museu de que se destaca a revisão das coberturas;
- Iniciou-se a construção da futura Loja Técnica, com aproveitamento dos estúdios escolares dos alunos das nossas escolas, enquadrados por professores e mestres oficinais;

- Procedeu-se a um reforço do equipamento técnico das Oficinas e do Departamento de Conservação e Restauro, em cerca de 5 mil euros, sobretudo em equipamento fotográfico e informático;
- Realizou-se o capital social da Manufactum, empresa criada pela FRESS com a finalidade da promoção e organização da actividade comercial relacionada com as exportações;
- Verificou-se o abate de uma das viaturas comerciais atendendo à avançada idade e à avaria que a imobilizou. Em sua substituição foi adquirida uma nova viatura comercial com recurso a um contrato de locação financeira.

23. O investimento efectuado em 2011 foi inteiramente financiado com recurso a trabalhos para a própria empresa (56%) e complementarmente, com a afectação de verbas da actividade corrente (cerca de 40 mil euros).

Dos Recursos Humanos

24. Em termos de recursos humanos, o ano de 2011 caracterizou-se pela estabilidade no que respeita ao número médio de trabalhadores.

QUADRO - 3	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Trabalhadores (1 Jan.)	105	102	116	109	109	113	111
Número médio	99	108	112	105	107	106	105
Trabalhadores (31 Dez.)	102	116	109	109	113	113	112
Permanentes (31 Dez.)	95	108	104	105	108	106	104
Idade média (anos)	45,4	34,7	44,4	44,5	44,6	46,18%	47,80%
Nível de habilitações (a)	11,76%	15,79%	16,67%	20,37%	25,66%	25,66%	26,79%

(a) % de ensino superior

Durante o ano saíram 8 trabalhadores (4 por terem atingido a idade de reforma, dois dos quais Mestre e 4 por cessação de contrato) e entraram 9 novos elementos. Ou seja, com vinculação laboral, o número de efectivos aumentou uma unidade, muito embora o número médio de efectivos tenha baixado uma unidade.


	Saídas	Entradas	Saldo
Oficinas + Restauro	4	3	- 1
Museu	3	3	0
Escolas	0	3	+ 3
Administração	1	-	- 1
	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>+ 1</u>

Com excepção da ESAD, todos os restantes serviços reduziram o número de efectivos.

25. Em 2011 aumentou o nível médio de habilitações aferido pelo indicador do grau de licenciatura. Este indicador regista uma apreciável melhoria, passando de 11,76% em 2005 para 26,7% em 2011. Este facto fica a dever-se à progressiva saída, por reforma, dos antigos funcionários substituídos por aprendizes e novos funcionários com níveis de habilitação académica mais ajustados à função. A entrada de novos funcionários / aprendizes nas oficinas em substituição das reformas que vão ocorrendo é feita preferencialmente através da selecção dos melhores alunos das nossas Escolas, cumprindo-se assim um dos desígnios da Fundação: o ensino e a transmissão geracional do saber fazer.

26. Proseguiu em 2011 a contenção dos gastos com o pessoal. Os trabalhadores, num gesto que importa relevar pelo seu significado, aceitaram e acataram livremente a decisão do Conselho Directivo em, pelo quarto ano consecutivo, congelar qualquer aumento salarial, progressão na carreira e/ou actualização da tabela salarial.

Só assim, sem que tivesse havido redução de efectivos, se compreende que os encargos com os vencimentos, encargos sociais, seguros e acção social dos efectivos com vínculo laboral tenham reduzido 1,2%. Refira-se, que em termos nominais os gastos com vencimentos e encargos sociais em 2011 foram praticamente idênticos aos verificados em 2005. Os gastos com vencimentos e encargos sociais por posto de trabalho (número médio) foram em 2011 de 18,9 mil euros contrapondo com 19,2 mil euros verificados em 2005. Este indicador dá a perfeita noção do esforço que tem vindo a ser feito no domínio dos custos com pessoal, designadamente dos vencimentos. A comparação em termos reais acentuaria com maior clareza esta afirmação. Os gastos com vencimentos e encargos sociais por posto de trabalho médio em 2011 situam-se, em termos reais, 15% abaixo do verificado em 2005.


 Ricardo Espírito Santo Silva
 SC

QUADRO - 4	Valor (10 ³ euros)	Varição Anual
2005	1.902	
2006	2.057	+ 8,1 %
2007	2.158	+ 4,9 %
2008	2.089	- 3,2 %
2009	2.032	- 2,7 %
2010	2.011	- 1,0 %
2011	1.987	- 1,2 %

QUADRO - 5	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas próprias/ Despesas com pessoal	0.58	0.64	0.66	1.01	1.22	0.98	0.81
Receitas próprias / p.t. (a)	11.5	12.4	13.6	20.8	24.3	19.6	15.6

(a) média em milhares de euros

A quebra de receitas próprias e a rigidez do quadro de pessoal, pelas razões já referidas que se prendem com as características próprias do projecto FRESS levou a uma inversão da tendência que se vinha verificando até 2009 do rácio de cobertura dos encargos com o pessoal pelas receitas próprias, que passou novamente para um nível inferior à unidade, e a uma nova redução de 20,4% das receitas próprias por posto de trabalho médio anual.

Em 2011 prosseguiu o programa de formação interna (facilidades concedidas aos trabalhadores e isenção de propinas nas nossas Escolas), e a realização de estágios profissionais em obra e/ou em oficina a ex-alunos do IAO.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

27. As receitas próprias, pelas razões já referidas, apresentam em 2011 uma redução significativa quando comparadas com o ano anterior, agravando a interrupção da tendência de melhoria iniciada em 2006. A redução foi de 21,6% equivalente a menos 448.653 euros de receitas no ano.

(em euros)

QUADRO - 6	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Vendas	217.679	402.093	319.731	406.164	310.547	451.494	334.534
Prestação de serviços	911.783	948.943	1.180.909	1.780.724	2.293.999	1.621.218	1.289.525
Proveitos suplementares	10.613	-	2.824	317	204	-	-
	1.140.075	1.351.036	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.712	1.624.059

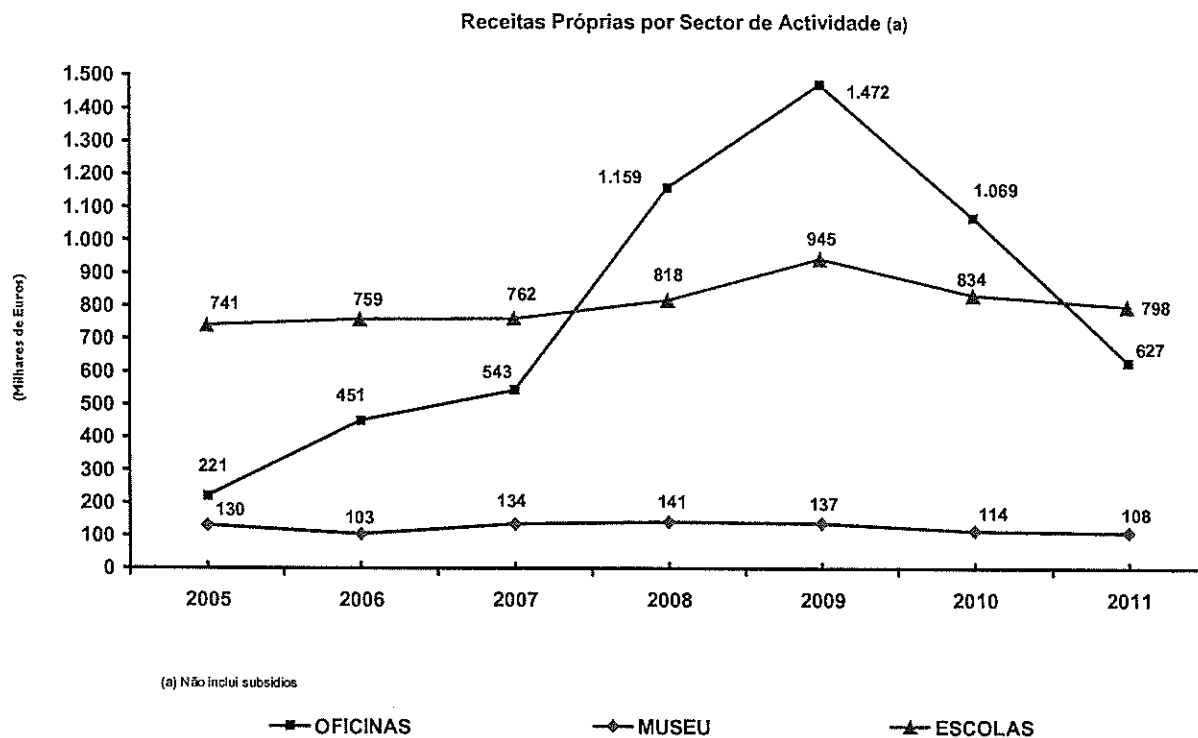
A análise da composição das receitas próprias evidencia comportamentos semelhantes traduzidos em quebra generalizada das receitas em todas as áreas de actividade: as Escolas com menos 4,2%, as Oficinas com menos 35,1% e o Museu com menos 5,1%.

Ainda assim, as receitas próprias registadas em 2011 situam-se 42,5% acima das registadas em 2005.

Este comportamento das receitas próprias perante situações de crise económica generalizada põe, uma vez mais em evidência, a necessidade de uma maior cooperação institucional com o Estado e muito em particular com as instituições do Ministério da Cultura relacionadas com a Administração do Património, de maneira a salvaguardar a viabilidade económica da Fundação das oscilações do mercado.

Apesar da forte crise económica sentida em 2011, os clientes privados não deixaram, se bem que em menor escala, de acreditar e contar com os serviços de alta qualidade prestados pela Fundação. A todos eles e nosso agradecimento pela confiança demonstrada.

GRÁFICO - 2



A análise por sector de actividade permite-nos evidenciar que, com excepção das rubricas do Museu entradas de visitantes, visitas guiadas, serviços educativos e cedência de espaços, todos os demais subsectores de actividade decresceram em 2011.

(em euros)

QUADRO - 7	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
OFICINAS							
• Obra nova	135.145	359.550	273.658	344.167	246.750	409.977	306.557
• Restauro	85.817	91.636	269.215	815.081	1.225.405	658.854	320.791
	220.962	451.186	542.873	1.159.248	1.472.155	1.068.831	627.348
MUSEU							
• Entradas	42.423	53.837	51.008	70.836	62.295	55.090	62.544
• Loja	82.589	42.543	42.543	60.321	63.573	41.437	27.977
• Espaços	5.455	6.500	40.882	10.273	11.575	17.425	17.600
	130.467	102.880	134.433	141.430	137.443	113.952	108.121
ESCOLAS	740.573	758.900	761.571	817.844	944.945	833.584	798.639
OUTRAS	48.129	38.070	64.587	68.683	50.207	56.344	89.951
	1.140.131	1.351.036	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.711	1.624.059

As **Oficinas**, em termos de receitas próprias, decresceram em 2011 cerca de 35,1% equivalendo a uma perda de quase 340 mil euros. Apesar das vendas para o mercado externo, muito em particular derivado da participação na Feira Índex 2010 no Dubai, Emirados Árabes Unidos, as receitas correspondentes a obra nova caíram 25,2%.

Reflexo da forte crise económica sentida a nível nacional, as empreitadas e serviços de conservação e restauro caíram neste ano 42,4%. Neste particular o Estado insistiu em continuar a não contar com a FRESS para as actividades de recuperação e restauro do património nacional.

O **Museu**, em termos de receitas próprias, apresenta um bom desempenho em 2011, com excepção das receitas da loja do Museu (- 32,5%). Assim, as receitas associadas à entrada de visitantes cresceram 3,1% relativamente ao ano anterior; as receitas associadas às visitas guiadas e serviços educativos cresceram 61,1% e as receitas associadas à cedência de espaços cresceram 1,0%.

As **Escolas** não fugiram aos efeitos da crise. As receitas próprias conjuntas caíram 4,2% equivalendo a uma perda de receita de 35 mil euros. A tendência nos últimos anos de redução do número de alunos é preocupante já que significa uma redução estrutural de receitas para os anos seguintes. Assume preocupação acrescida o IAO atendendo ao reduzido número de alunos e à

conclusão em 2012 do protocolo estabelecido com a Fundação EDP através do qual se concediam bolsas de estudo aos alunos do IAO.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

28. Em 2011, os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos representam 97,2% da despesa global.
29. As **Despesas com o Pessoal** apresentam, no período compreendido entre 2005 e 2011, uma evolução caracterizada por dois movimentos de sentido contrário:
- (i) Crescem nominalmente a uma taxa média anual de 7,7% até 2008, reflexo da profunda remodelação operada nos recursos humanos e à fixação de uma nova tabela salarial associada à avaliação do desempenho;
 - (ii) Decrescem nominalmente a uma taxa média anual de 2,4% entre 2008 e 2011, reflexo do congelamento de aumentos salariais e da renovação dos recursos humanos motivada por passagem á reforma de antigos funcionários, substituídos por novos com salários mais baixos.

(10³ euros)

QUADRO – 8	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Vencimentos (a)	1894	2053	2157	2088	2022	2001	1.984
Horas extraordinárias + Ajudas de custo	8	8	6	6	13	14	7
	<u>1902</u>	<u>2061</u>	<u>2163</u>	<u>2094</u>	<u>2035</u>	<u>2015</u>	<u>1.991</u>
Estágios e Formação	25	26	47	68	85	72	16
Indemnizações	-	-	41	2	20	20	3
Outras	14	4	-	-	1	-	2
	<u>39</u>	<u>30</u>	<u>88</u>	<u>70</u>	<u>106</u>	<u>92</u>	<u>21</u>
Total	1.941	2.091	2.251	2.161	2.141	2.107	2012

(a) Vencimentos + encargos sociais + subsídio de almoço + seguros + medicina e higiene do trabalho + acção social

A despesa correspondente aos vencimentos e encargos sociais caiu 1,5% em 2011 comparativamente com o ano anterior e, em termos nominais recua ao período anterior a 2006, o que ilustra bem o contributo da massa salarial para o reequilíbrio financeiro que se incrementou a partir de 2005.

A despesa global com o pessoal em 2011 caiu 4,5% comparativamente com o ano de 2010, reflexo do já referido anteriormente, da redução dos gastos com horas extraordinárias e ajudas de custo (- 50%), da contenção dos gastos com estágios e formação (-78%) e da significativa redução dos encargos com indemnizações.

30. O valor global dos **Fornecimentos e Serviços Externos** em 2011 é, nominalmente, o valor mais baixo de sempre no período compreendido entre 2005 e 2011, reflectindo o enorme esforço de contenção de custos visando minimizar os efeitos nocivos da crise económica que afectou significativamente o montante das receitas próprias da Fundação em 2011.

(10³ euros)

QUADRO - 9	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TOTAL / FSE	904	906	994	1230	1239	1011	810
Honorários	327	435	479	569	657	523	433
Vigilância e Segurança	138	144	195	263	154	63	35
Limpeza	52	53	59	73	68	70	65
Electricidade + Água + Comunicações	85	82	73	73	70	71	75
Seguros	50	32	41	39	39	27	33
Rendas e Alugueres	2	5	7	21	61	85	61
Material de escritório	16	21	18	23	16	7	6

(a) Honorários + Trabalho especializado + Subcontratos

Em 2011, os encargos com os fornecimentos e serviços externos caíram 19,9% representando uma redução de custos na ordem dos 201 mil euros

Algumas notas explicativas:

- O peso elevado dos **Honorários** corresponde ao custo dos professores das escolas e à aquisição de serviços de especialistas e técnicos que adicionam complementarmente capacidade de resposta das oficinas, principalmente sempre que há encomendas de grande dimensão para executar em pouco tempo e

sempre que há intervenção em estaleiro no domínio da conservação e restauro. A redução de 17,2% registada nesta rubrica em 2011 prende-se com a redução da actividade das Escolas (honorários dos professores), com a redução da actividade das Oficinas (aquisição de serviços de especialistas) e com uma forte contenção generalizada neste tipo de custos.

- O andamento de **Vigilância e Segurança** (- 44,4%) prende-se com medidas de contenção e acusa ainda a rescisão do contrato com uma empresa de segurança por motivos económicos.
- Os custos com a **Limpeza** caíram cerca de 7,1% em resultado da renegociação com os fornecedores e outras medidas de contenção.
- Os consumos com **Electricidade + Água + Comunicações** reflectem a política de contenção neste particular que foi implementada a partir de 2006, tendo sido possível reduzir cerca de 4,1% os consumos. Os gastos com a energia e fluidos baixaram 10,5% enquanto que os gastos em comunicações aumentaram 5,2%.
- A evolução dos valores da rubrica **Seguros** traduz a actualização do contrato com a Companhia de Seguros Tranquilidade, igualmente mecenas da Fundação.
- As **Rendas e Aluguers** caíram 28,2% reflexo da renegociação de contratos e outras medidas de contenção.
- Os gastos com **Material de Escritório** foram contidos em 2011, depois da forte redução operada em 2010.

ANÁLISE DO BALANÇO

31. O Quadro – 10 reflecte as principais rubricas já agrupadas de acordo com as novas regras contabilísticas.

(milhares de euros)

QUADRO - 10	2010	2011	Varição
Activo não corrente	30.654	30.551	- 103
Activo corrente	4.003	4.057	+ 54
Total do Activo	<u>34.657</u>	<u>34.608</u>	<u>- 49</u>
Capital Próprio	32.455	31.958	- 497
Passivo			
• Não corrente	36	7	- 29
• Corrente	2.166	2.643	+ 477
Total do Passivo	<u>2.202</u>	<u>2.650</u>	<u>+ 448</u>

O Anexo às Demonstrações Financeiras reflecte o conteúdo destas rubricas e a evolução comparativa com o ano anterior.

32. Em 2011, os instrumentos financeiros associados às rubricas fornecedores e clientes tiveram um registo menos favorável na óptica do financiamento corrente. Assim,
- A rubrica Fornecedores registou uma significativa redução (- 33,8%) equivalendo a uma quebra de financiamento na ordem dos 163 mil euros, reflexo da redução da actividade corrente e, consequentemente, dos gastos com fornecimentos e serviços externos;
 - A rubrica Clientes registou um ainda mais significativo acréscimo (+108,3%), isto é, mais que duplicou, correspondendo a um acréscimo das necessidades de financiamento na ordem dos 181 mil euros.

Com efeito, o agravamento da crise económica no país tem levado a atrasos significativos dos pagamentos, em especial no que respeita a trabalhos efectuados para as Autarquias Locais.

33. O défice corrente verificado em 2011 e os atrasos nos pagamentos por parte dos clientes, determinou um agravamento do endividamento bancário conjunto em 571 mil euros.

HP. Li
AS
Ricardo Espírito Santo Silva

ANÁLISE DE RESULTADOS

34. Os resultados líquidos apurados no exercício foram de 456 mil euros negativos, o que significou um agravamento de 19,9% relativamente ao ano anterior. Ainda assim, os prejuízos registados em 2011, no auge da crise económica, foram inferiores em cerca de 23% aos registados em 2009.

Conforme ficou anteriormente referido, o ano de 2011 marcou a interrupção iniciada em 2006 de recuperação económica e financeira traduzida ao nível dos resultados operacionais e resultados líquidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Directivo expressa um cordial e reconhecido agradecimento aos seus colaboradores pela dedicação e profissionalismo demonstrados nas respostas dadas às solicitações que a todos foram formuladas.

Não podemos, uma vez mais, deixar de registar publicamente, em nome da Instituição um reconhecido agradecimento aos trabalhadores da casa pela compreensão manifestada perante a decisão de não actualizar, pelo quarto ano consecutivo, os vencimentos.

Queremos também expressar um agradecimento especial a todos os clientes e aos membros do “Grupo de Amigos” pela confiança e carinho que manifestaram por esta Instituição.

Um agradecimento reconhecido a todos os mecenas, designadamente ao Grupo Espírito Santo pelo apoio institucional e ao Ministério da Cultura por ter mantido inalterado o apoio de 200.000 euros através do Fundo de Fomento Cultural.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

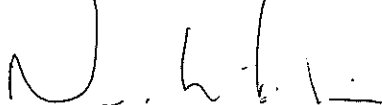
O resultado líquido apurado foi de 456.397,65 euros negativos.

Propõe-se, face à sua natureza, que este valor seja transferido para “Resultados transitados”.

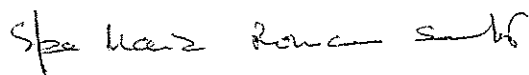
Lisboa, 26 de Abril de 2012



Dr. Luís Ferreira Galado




Dr. Nuno Leite de Faria



Dr.ª Elsa Roncon Santos

José de Medeiros Tavares (António Valdemar)

Dr.ª Berta Bustorff



Dr. Francisco Murteira Nabo

Dr. Henrique Granadeiro

af. Li.
ms
se

II

BALANÇO



Balanço individual em 31 Dezembro 2011

Euros

Codigo Conta S.N.C.	RUBRICAS	Notas	DATAS	
			31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010
ACTIVO				
Activo não corrente:				
43+453-459	Activos fixos tangíveis	6/8	30 524 613,90	30 604 241,95
42+452	Propriedades de investimento		0,00	0,00
441	Trespasse (Goodwill)		0,00	0,00
44 (Exceção 441)+454-459	Activos intangíveis	7	20 751,04	49 543,47
372	Activos biológicos		0,00	0,00
4111+4121+4131-419	Participações financeiras-Equív Patrim	5	5 214,60	0,00
4112+4122+4132+4141-419	Participações financeiras-Outros Metodos		0,00	0,00
266+268-269	Accionistas / sócios		0,00	0,00
123+4133+4142+415-419+451+	Outros activos financeiros	5	579,32	0,00
2741	Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
46	Activos não correntes detidos p/venda		0,00	0,00
			30 551 158,86	30 653 785,42
Activo corrente:				
32+33+34+35+36+39	Inventários	9	3 641 416,78	3 637 445,48
371	Activos biológicos		0,00	0,00
211+212-219	Clientes	15	348 131,37	167 128,99
228-229+2713-279	Adiantamento a fornecedores		0,00	0,00
24	Estado e outros entes publicos		0,00	0,00
263+268-269	Accionistas / sócios		0,00	0,00
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	15	29 051,77	84 282,46
281	Diferimentos	16	12 309,24	24 323,30
1411+1421	Activos financeiros detidos p/negociação		0,00	0,00
1431	Outros activos financeiros		0,00	0,00
11+12+13	Caixa e depositos bancários	4	26 295,94	90 057,95
			4 057 205,10	4 003 238,18
	Total do Activo		34 608 363,96	34 657 023,60
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO				
Capital proprio:				
51-261-262	Capital realizado		9 807 902,38	9 807 902,38
52	Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
53	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
54	Premios emissao		0,00	0,00
551	Reservas legais		15 549,96	15 549,96
552	Outras reservas		2 621 845,46	2 621 845,46
58	Excedentes de revalorização		14 841 822,38	14 841 822,38
57	Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
59	Outras variações no capital próprio		22 508 474,02	22 549 654,52
56	Resultados transitados		(17 381 612,98)	(17 000 853,83)
818	Resultado liquido do periodo		(456 397,65)	(380 759,15)
	Interesses minoritários		0,00	0,00
	Total do Capital Próprio	16	31 957 583,57	32 455 161,72
Passivo				
Passivo não corrente:				
29	Provisoes	12	7 910,76	35 792,99
25	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
273	Responsabilidades por beneficios pós-emprego		0,00	0,00
2742	Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar		0,00	0,00
			7 910,76	35 792,99
Passivo corrente:				
221+222+225	Fornecedores	15	319 972,04	483 435,10
218+276	Adiantamento de clientes	15	48 654,65	91 277,95
24	Estado e outros entes públicos	15	159 256,91	151 164,02
264+265+268	Accionistas / sócios		49 879,80	49 879,80
25	Financiamentos obtidos	15	1 524 736,40	954 008,72
231+236+2711+2712+2722+274	Outras contas a pagar	15	471 502,40	398 019,19
1412+1422	Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
1432	Outros passivos financeiros		0,00	0,00
282+283	Diferimentos	16	68 867,43	38 284,11
			2 642 869,63	2 166 068,89
	Total do Passivo		2 650 780,39	2 201 861,88
	Total do Capital proprio e do passivo		34 608 363,96	34 657 023,60

U. L.

MS

SC

III

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Euros

Codigo Conta S.N.C.	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
			2011	2010
71+72	Vendas e serviços prestados	10	1 624 059,03	2 072 712,02
75	Subsídios à exploração	16	1 030 682,51	1 070 534,68
785-685+792	Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	214,60	0,00
73	Variação nos inventários da produção	9	1 105,32	(61 964,44)
74	Trabalhos para a própria entidade	16	49 790,71	62 343,21
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	(52 269,42)	(103 242,13)
-62	Fornecimentos e serviços externos	16	(809 706,43)	(1 010 673,68)
-63	Gastos com pessoal	16	(2 012 086,86)	(2 106 876,97)
-652+7622	Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
-651+7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11	47 168,85	(2 532,92)
-67+763	Provisões (Aumentos/reduções)	12	27 882,23	(27 882,23)
657-656+7623+7627+	Imparidade investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
+77-66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
ex 785)+791(Ex 7915)	Outros rendimentos e ganhos	16	79 720,31	127 569,72
(ex 685)-6918-6928-6	Outros gastos e perdas	16	(184 406,12)	(158 153,11)
	Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(197 845,27)	(138 165,85)
-64+761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	(192 602,68)	(188 247,11)
-654-655-656+7624+	Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(390 447,95)	(326 412,96)
7915	Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	16	65 949,70	54 346,19
811	Resultado antes de impostos		(456 397,65)	(380 759,15)
812	Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
818	Resultado líquido do período		(456 397,65)	(380 759,15)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO



Ricardo
do Espírito
Santo Silva

U. L.
MS
S

IV

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2010

Euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
1		9.807.902,38				15.549,96	2.621.845,46	-16.406.951,70		14.841.822,38	22.597.041,44	-593.902,13	32.883.307,79
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO de 2010													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Realização de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Excedentes por impostos diferidos Ajustamentos a resultados da quota parte de subsidiados ao investimento Impactação a resultados da quota parte de subsidiados ao investimento Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-593.902,13	0,00	0,00	-47.386,92	593.902,13	-47.386,92
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												593.902,13	
3 RESULTADO INTEGRAL												593.902,13	
4=2+3 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-380.759,15	-380.759,15
5 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO de 2010		9.807.902,38	0,00	0,00	0,00	15.549,96	2.621.845,46	-17.000.853,83	0,00	14.841.822,38	22.549.654,52	-380.759,15	32.455.161,72

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO

Spe Herz Rane Silva

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2011

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
6		9.807.902,38				15.549,96	2.621.845,46	-17.000.853,83		14.841.822,38	22.549.654,52	-380.759,15	32.455.161,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Aterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	16							-380.759,15				-43.180,50	
Ajustamentos por impostos diferidos	16											2.000,00	
Imputação a resultados da quota parte de subsídios ao investimento													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-380.759,15	0,00	0,00	-41.180,50	380.759,15	-41.180,50
8													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
9=7+8													
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10		9.807.902,38	0,00	0,00	0,00	15.549,96	2.621.845,46	-17.381.612,98	0,00	14.841.822,38	22.508.474,02	-456.397,65	31.957.583,57

O TECNICO OFICIAL DE CONTAS

[Handwritten signature]

O CONSELHO DIRECTIVO

[Handwritten signatures and text: "M. J. Silva", "S. P. Silva"]



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Euros

Rubricas	Notas	Período	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1.566.538,95	2.293.714,43
Pagamentos a fornecedores		991.247,39	1.227.461,94
Pagamentos ao pessoal		1.916.257,74	2.093.333,52
Caixa gerada pelas operações		-1.340.966,18	-1.027.081,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		811.570,28	938.330,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-529.395,90	-88.751,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		34.559,75	67.072,85
Activos intangíveis		224,53	7.822,60
Investimentos financeiros		5.579,32	
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.219,51	414,70
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		-39.144,09	-74.480,75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimento provenientes de :			
Financiamentos obtidos	15	649.850,00	240.001,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	15	79.122,32	
Juros e gastos similares	16	65.949,70	54.346,19
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		504.777,98	185.654,81
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-63.762,01	22.423,04
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		90.057,95	67.634,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26.295,94	90.057,95

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

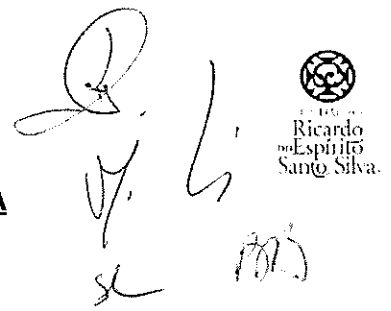
O CONSELHO DIRECTIVO

FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Euros)



1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva é um Instituto de Utilidade Pública, constituído em 27 de Abril de 1953, com os bens e valores oferecidos ao Estado, para esse efeito, pelo Senhor Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva. A Fundação tem por principal objecto social a defesa das artes decorativas portuguesas, pela manutenção e aperfeiçoamento das suas características tradicionais, pela educação do gosto do público e pelo desenvolvimento da sensibilidade artística e cultura dos artífices. A Fundação tem sede em Lisboa, no Largo das Portas do Sol, nº 2.

Para a realização dos fins supra descritos a Fundação dispõe:

- de um museu onde se encontram espécimes típicos e representativos das artes decorativas;
- de duas escolas, o *Instituto de Artes e Ofícios* e a *Escola Superior de Artes Decorativas*;
- de salas destinadas a conferências e cursos de carácter educativo e cultural que interessem às mesmas artes;
- de oficinas destinadas a estágios e aperfeiçoamento nas várias artes decorativas em que, tradicionalmente, se distinguiram os artífices portugueses e se julgue conveniente evitar que degenerem ou acabem;
- de um laboratório de conservação e restauro.

As doações, legados e heranças instituídas a favor da Fundação só podem ser aceites mediante resolução do respectivo Conselho Directivo e as heranças sê-lo-ão sempre a benefício de inventário.

É expressamente proibido à Fundação alienar ou trocar os bens que lhe foram afectos no acto da sua constituição e, bem assim, hipotecá-los ou penhorá-los como garantia de qualquer empréstimo.

A Fundação passou, a partir do exercício económico de 1997, a estar sujeita ao poder de fiscalização do Tribunal de Contas.

2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, preparados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2011, face ao previsto no nº 2 do artº 3º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da FRESS.

3-PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da FRESS, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Bens que lhe foram afectos no acto da constituição

Os activos fixos tangíveis afectos à Fundação no acto da sua constituição, doados pelo seu Fundador (Edifício do Museu e Património Artístico) encontram-se registados ao seu valor de avaliação, determinado e deliberado, em 1985, pelo Conselho Directivo, no caso do Património Artístico, e com base no Decreto-Lei nº 399-G/84, no que respeita ao Edifício do Museu e respectivo terreno. Estes bens não são depreciados.

Bens adquiridos após a constituição da Fundação

Os activos fixos tangíveis adquiridos após a constituição da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção do terreno e edifício do Instituto de Artes e Ofícios, os quais foram reavaliados ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 10 anos
Equipamentos de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas"

ACTIVOS INTANGÍVEIS

As despesas com o desenvolvimento e implementação do Portal FRESS encontram-se registadas ao custo de aquisição. Estas despesas têm uma vida útil finita e são apresentadas ao custo de aquisição menos amortizações acumuladas.

A amortização é calculada usando o método das quotas constantes de forma a distribuir o custo das despesas com o Portal FRESS durante a sua vida útil estimada (5 anos).

O custo de aquisição das licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos)

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Fundação nos activos líquidos das correspondentes entidades.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos que a empresa realiza para si mesma, sob a sua administração directa, aplicando meios próprios e adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu activo fixo tangível e activos fixos tangíveis em curso, e incluem custos com materiais, mão de obra directa e gastos gerais.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios e donativos à exploração atribuídos à Fundação por entidades e organismos públicos e privados, são registados como rendimentos do exercício a que dizem respeito.

INVENTÁRIOS

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de compra.

Produtos e trabalhos em curso e produtos acabados e intermédios

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui as matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido como segue:

- o rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador;
- o rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à sua aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação do serviço.

PROVISÕES

São constituídas provisões sempre que a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se registados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Perdas por Imparidade em contas a receber. As perdas por imparidade são baseadas numa avaliação de probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos e outros factores. Normalmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são registadas pelo método de custo, dado de incluem na sua generalidade valores a pagar de curto prazo, decorrentes da actividade operacional da empresa.

Empréstimos

Os empréstimos encontram-se registados no passivo, sendo mensurados de acordo com o método do custo. Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem vencimentos, complementos de trabalho nocturno, complementos de desempenho, isenção de horário de trabalho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação e subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho Directivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da FRESS.

4 – FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010
Caixa	5.412,52	55.178,23
Depósitos à ordem	20.883,42	34.879,72
Total de Caixa e Depósitos Bancários	26.295,94	90.057,95

5 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em Junho/2011 foi constituída a sociedade Manufactum-FRESS Portugal, Unipessoal, Lda com o capital social de € 5.000,00, representado por uma quota de igual valor nominal pertencente à Fundação. O objecto social desta sociedade consiste na promoção internacional da produção oficial da Fundação, através da participação em feiras, exposições e outros eventos, angariação de agentes, trabalhos e divulgação das suas actividades no exterior.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas rubricas Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

	Saldo 01/01/2011	Aquisições	Movimentos	Varição nos Resultados	Saldo 31/12/2011
Participações de Capital	0,00	5.000,00		214,60	5.214,60
Empréstimos Concedidos	0,00		579,32		579,32
	0,00	5.000,00	579,32	214,60	5.793,92

R. J. L.



19/12

SL

6 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

6.1 – Movimentos ocorridos no período

Descrição	31-12-2010	Aumentos	Alienações	Abate	Transferência	31-12-2011
Terrenos e recursos naturais	2.653.389,53					2.653.389,53
Edifícios e outras construções	4.058.285,95	1.535,06				4.059.821,01
Equipamento básico	620.586,26	7.955,63				628.541,89
Equipamento de transporte	74.972,17		19.022,53			55.949,64
Equipamento administrativo	709.690,59	5.239,59				714.930,18
Outros activos fixos tangíveis	24.323.011,63	23.976,60				24.346.988,23
Investimentos em curso	81.670,27	45.250,79				126.921,06
Activo tangível bruto	32.521.606,40	83.957,67	19.022,53	0,00	0,00	32.586.541,54
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	570.851,11	96.271,64				667.122,75
Equipamento básico	468.846,02	30.983,91				499.829,93
Equipamento de transporte	62.985,45	4.714,29	19.022,53			48.677,21
Equipamento administrativo	794.186,93	24.399,35				818.586,28
Outros activos fixos tangíveis	20.494,94	7.216,53				27.711,47
Depreciação acumulada	1.917.364,45	163.585,72	19.022,53	0,00	0,00	2.061.927,64
Activo tangível líquido	30.604.241,95	-79.628,05	0,00	0,00	0,00	30.524.613,90

Os outros activos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2011, têm a seguinte composição:

Acervo do Museu, afecto à Fundação no acto da sua constituição	23 999 383,93
Benfeitorias no acervo do Museu	175 779,80
Bibliotecas	68 391,53
Obras diversas/Desenhos	25 984,77
Outros	77 448,20
	<u>24 346 988,23</u>

6.2 – Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia do cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Descrição	31-12-2010	Aumentos	Alienações	Abate	Transferência	31-12-2011
Programas de computador	3.393,00	224,53				3.617,53
Portal FRESS	139.305,57					139.305,57
Investimentos em curso	3.100,00					3.100,00
Activo tangível bruto	145.798,57	224,53	0,00	0,00	0,00	146.023,10
Amortizações acumuladas						
Programas de computador	659,68	1.155,85				1.815,53
Portal FRESS	95.595,42	27.861,11				123.456,53
Depreciação acumulada	96.255,10	29.016,96	0,00	0,00	0,00	125.272,06
Activo tangível líquido	49.543,47	-28.792,43	0,00	0,00	0,00	20.751,04

e Contas 2011
Relatório

R. L. S.
MS
X

8 – LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 a Fundação é locatária num contrato de locação financeira relacionado com a aquisição de um sistema de videovigilância para o Museu.

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Sistema de Videovigilância	4.850,00	565,81	4.284,19
	4.850,00	565,81	4.284,19

A responsabilidade relativa a este contrato encontra-se reflectida na rubrica de financiamentos obtidos.

9 – INVENTÁRIOS:

9.1 – Mercadorias/Matérias-Primas/Produtos Acabados e Intermédios/Produtos e Trabalhos em Curso

Rubricas	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010
Mercadorias:		
Mercadorias em armazém	568.382,91	562.584,41
Mercadorias em trânsito	0,00	2.517,60
Mercadorias em poder de terceiros	12.017,75	12.017,75
	580.400,66	577.119,76
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Matérias-Primas	263.956,88	262.563,67
Embalagens de consumo	28.062,54	28.218,18
Materiais diversos	46.201,33	44.947,92
	338.220,75	335.729,77
Perdas por imparidades	11.223,64	11.223,64
	326.997,11	324.506,13
Produtos acabados e intermédios	2.083.376,15	2.105.763,17
Produtos e trabalhos em curso	650.642,86	630.056,42
Total	3.641.416,78	3.637.445,48

9.2 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 31 de Dezembro de 2011:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	577.119,76	324.506,13	901.625,89
Compras	16.653,26	38.482,14	55.135,40
Regularizações	2.905,90	0,00	2.905,90
Inventários finais	580.400,66	326.997,11	907.397,77
Gastos no exercício	16.278,26	35.991,16	52.269,42



Ricardo
Espírito
Santo Silva

9.3 - Demonstração da variação nos inventários de produção em 31 de Dezembro de 2011:

Inventários finais	2.083.376,15	650.642,86	2.734.019,01
Regularizações	2.905,90	0,00	2.905,90
Inventários iniciais	2.105.763,17	630.056,42	2.735.819,59
Rendimentos/Gastos no exercício	-19.481,12	20.586,44	1.105,32

10 – RÉDITO:

RUBRICAS	2011	2010	Varição
Vendas			
Produto Acabado	306.556,66	409.976,89	-103.420,23
Edições e Publicações	11.704,82	16.601,75	-4.896,93
Outros (Loja do Museu)	16.272,14	24.834,97	-8.562,83
Sub-produtos, Desperdícios e Refugos	0,00	80,80	-80,80
Prestações de Serviços			
Cursos - Mensalidades e Inscrições	798.638,96	833.584,54	-34.945,58
Conservação e Restauro	320.791,16	556.919,25	-236.128,09
Entradas no Museu	46.559,60	45.171,40	1.388,20
Cedência de Espaços	17.600,00	17.425,00	175,00
Serviços Secundários (exploração dos bares)	40.299,90	40.085,71	214,19
Visitas Guiadas / Serviços Educativos	15.983,79	9.919,00	6.064,79
Outros	49.652,00	118.112,71	-68.460,71
Total	1.624.059,03	2.072.712,02	-448.652,99

11. IMPARIDADE DE ACTIVOS

Perdas por Imparidade

	Saldo 31/12/2010	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo 31/12/2011
Em dívidas a receber de clientes	110.465,30	3.119,44	49.028,00	1.188,00	63.368,74
Em outras dívidas de terceiros	5.655,92	398,65		470,94	5.583,63
	116.121,22	3.518,09	49.028,00	1.658,94	68.952,37

12. PROVISÕES

Rubrica

	Saldo 31/12/2010	Reforço	Utilização	Redução	Saldo 31/12/2011
Processos judiciais em curso	35.792,99		14.192,45	13.689,78	7.910,76
	35.792,99	0,00	14.192,45	13.689,78	7.910,76

13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Q. L.

MS
SL

14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

A Fundação encontra-se abrangida por um estatuto de isenção fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, decorrente das actividades de carácter social e de interesse público que desenvolve.

15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

15.1 – Fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010
Activos		
Cientes		
Cientes conta corrente	348.043,03	163.256,13
Cientes cobrança duvidosa	63.457,08	114.338,16
Perdas por imparidade acumuladas	63.368,74	110.465,30
	348.131,37	167.128,99
Outras contas a receber		
IEFP	0,00	8.781,09
Município de Portimão	0,00	57.760,00
João Machado Dias, Lda	22.088,00	0,00
Devedores diversos	12.547,40	23.397,29
Perdas por imparidade acumuladas	5.583,63	5.655,92
	29.051,77	84.282,46
Total do activo	377.183,14	251.411,45
Passivos		
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	315.412,71	483.435,10
Fornecedores recepção e conferência	4.559,33	0,00
	319.972,04	483.435,10
Adiantamentos de clientes	48.654,65	91.277,95
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	66.975,13	67.367,92
Remunerações a pagar ao pessoal	66.693,93	0,00
Remunerações a liquidar	298.190,94	293.194,67
Juros a liquidar	8.143,68	3.356,47
Credores diversos	31.498,72	34.100,13
	471.502,40	398.019,19
Total do passivo	840.129,09	972.732,24
Total líquido	-462.945,95	-721.320,79

15.2 – Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

Rubrica	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010
Depósitos à ordem - Banco Espírito Santo	96.420,15	174.008,72
Empréstimos bancários - Banco Espírito Santo	1.425.000,00	780.000,00
Locação Financeira - BES Contrato nº2058227	3.316,25	0,00
Total	1.524.736,40	954.008,72

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de "Empréstimos bancários" corresponde a uma conta corrente caucionada no Banco Espírito Santo, cujos juros se vencem trimestralmente a taxas de mercado.

15.3 – Estado e outros entes públicos

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2011
Retenção de impostos sobre rendimentos	40.963,81	39.763,49
Imposto sobre o valor acrescentado	35.925,33	46.057,49
Contribuições para a Segurança Social	81.942,06	65.501,11
Caixa Geral de Aposentações	95,93	(300,78)
ADSE	329,78	142,71
Total	159.256,91	151.464,80

Em 31 de Dezembro de 2011, não existiam dívidas ao Estado em situação de mora.

16 – Outras informações

16.1 - Gastos com o Pessoal:

Gastos com pessoal	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2010
Vencimentos	1.535.606,23	1.555.665,54
Encargos s/ remunerações (Seg. Social)	313.274,35	306.057,32
Subsídio de alimentação	109.159,78	110.784,93
Seguros de acidentes de trabalho	15.345,67	17.011,84
Indemnizações ao Pessoal	2.460,48	19.570,30
Estágios profissionais	16.250,01	38.175,68
Estágios Procuradoria-Geral República	0,00	33.655,86
Formação	121,00	0,00
Custos de acção social	6.656,81	6.676,34
Horas extraordinárias	6.093,29	3.428,54
Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho	4.470,94	4.457,99
Ajudas de custo	999,99	11.043,00
Outros	1.648,31	349,63
Total	2.012.086,86	2.106.876,97

16.2 – Fornecimentos e serviços externos:

	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2010
Honorários	376.472,63	435.436,05
Vigilância e segurança	34.972,74	63.124,07
Trabalhos especializados	53.567,36	68.076,79
Limpeza, higiene e conforto	65.060,81	69.850,94
Publicidade e propaganda	12.206,69	30.087,15
Seguros	32.955,41	26.989,58
Conservação e reparação	28.695,19	34.677,88
Electricidade	32.372,95	34.967,39
Comunicação	33.926,38	32.243,52
Material de escritório	5.987,35	6.939,66
Sub-contratos	2.539,00	20.346,27
Água	4.012,59	4.090,91
Rendas e Alugueres	60.786,67	85.165,77
Deslocações e estadas	9.024,80	13.172,51
Combustíveis	4.401,74	6.605,97
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.568,66	3.450,56
Material para exposições	4.024,55	1.648,90
Transporte de mercadorias e pessoas	7.577,14	10.165,41
Comissões	1.975,00	0,00
Despesas de representação	537,42	459,10
Livros e documentação técnica	423,43	243,76
Contencioso e Notariado	1.162,20	682,45
Outros Fluidos (gás)	573,25	571,66
Matérias primas / Consumíveis	17.405,83	53.975,83
Outros	13.476,64	7.701,55
	809.706,43	1.010.673,68

Dos montantes mencionados nas Rubricas Honorários e Trabalhos Especializados, € 277.982,57 correspondem a honorários pagos a professores no âmbito dos cursos ministrados pela Fundação.

16.3 - Trabalhos para a própria entidade:

	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2010
Instalação Oficina Serralharia / Pátio	0,00	26.277,18
Instalação Oficina Passamanaria	0,00	20.697,76
Equipamento para Loja Técnica	33.068,43	15.368,27
Restauro do Acervo do Museu	16.722,28	0,00
	49.790,71	62.343,21

16.4 - Subsídios à exploração:

	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2010
Estado e Outros Entes Públicos		
Ministério da Cultura	200.000,00	200.000,00
Agência Nacional PROALV	0,00	1.150,00
Centro C. Cultural de Macau	0,00	8.274,00
I.E.F.P.	14.404,87	29.148,03
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	800,00	0,00
	215.204,87	238.572,03
De Outras Entidades		
Grupo Banco Espírito Santo	615.300,00	601.066,80
C ^a . Seguros Tranquilidade	124.841,39	140.537,85
Fundação Portugal Telecom	4.000,00	0,00
Amigos da FRESS	800,00	650,00
Fundação EDP	70.536,25	51.905,00
Translogart, SA	0,00	15.678,00
BDO	0,00	7.125,00
M ^a Marionela Gusmão	0,00	15.000,00
	815.477,64	831.962,65

16.5 - Outros gastos e perdas/Outros rendimentos e ganhos:

	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2010
Outros gastos e perdas		
Impostos indirectos	70.666,00	89.380,21
Taxas	1.177,86	7.313,43
Perdas em inventários	3.414,01	16.045,62
Correcções relativas a exercícios anteriores	22.487,43	38.771,01
Quotizações	1.625,04	1.787,99
Ofertas de inventários	3.449,10	749,21
Multas e penalidades	0,00	4.105,50
Dívidas incobráveis	67.095,75	0,00
Indemnização - Processos Judiciais	12.478,71	0,00
Outros gastos e perdas	2.012,23	0,14
	184.406,13	158.153,11
Outros rendimentos e ganhos		
Sobras em inventários	4.512,01	45.896,74
Alienações activos fixos tangíveis	1.219,51	414,70
Subsídios para investimentos	43.180,50	47.386,92
Correcções relativas a exercícios anteriores	16.305,31	23.278,07
Outros rendimentos e ganhos	14.502,98	10.593,29
	79.720,31	127.569,72

16.6 - Gastos e perdas de financiamento/ Juros, dividendos e outros rendimentos similares:

	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2010
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	53.685,31	15.681,98
Juros de mora e compensatórios	1.815,64	29.412,42
Outros gastos e perdas de financiamento	10.448,75	9.251,79
	65.949,70	54.346,19
Juros e outros rendimentos similares	0,00	0,00

16.7 - Diferimentos:

Diferimentos	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010
Activos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	6.989,02	5.661,30
Exact Software (Contrato Manutenção Anual)	0,00	10.300,00
Rendas e alugures	4.670,24	4.646,60
Divulgação/Publicidade FRESS - Projectos	0,00	3.067,21
Outros	649,98	648,19
Total	12.309,24	24.323,30
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Monografia e ourivesaria	5.505,75	5.505,75
Livros Iguarassú	29.500,60	29.500,60
I.E.F.P. - Apoio à contratação	611,08	3.277,76
Estado-Maior General das Forças Armadas	33.250,00	
Total	68.867,43	38.284,11

16.8 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital da Fundação ascendia a € 9.807.902,38, montante que resulta da valorização dos bens afectos à actividade da Fundação à data da sua constituição (Edifício do Museu e Património Artístico), doados pelo seu fundador, Senhor Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva, aos quais foi atribuído à data da constituição da Fundação o valor de, aproximadamente, € 1.740.805,00.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Movimentos	Aplicação do Resultado	Saldo Final
Capital	9.807.902,38			9.807.902,38
Reservas legais	15.549,96			15.549,96
Outras reservas	2.621.845,46			2.621.845,46
Excedentes de revalorização	14.841.822,38			14.841.822,38
Outras variações no capital	22.549.654,52	(41,180,50)		22.508.474,02
Resultados transitados	(17.000.853,83)		(380.759,15)	(17.381.612,98)
Resultado líquido do exercício	(380.759,15)	(456.397,65)	380.759,15	(456.397,65)
	32.455.161,72	(497.578,15)	0,00	31.957.583,57

O movimento ocorrido na rubrica de Outras variações no capital resulta da imputação a resultados da quota parte de subsídios ao investimento no montante de € 43 180,50 e de uma doação efectuada pelos Hotéis Tivoli de equipamento vário usado para o refeitório da Fundação, ao que se atribuiu o valor de € 2 000,00.

A rubrica de Excedentes de revalorização respeita à reavaliação do acervo do museu e edifício e terreno do museu e do Instituto de Artes e Ofícios, efectuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, no montante de € 14 677 219,07 e à reavaliação, efectuada em 1985, ao abrigo do Decreto-Lei nº 399-G/84, do edifício onde se encontra localizado o Museu da Fundação e do respectivo terreno, no montante de € 164 603,31.

Do valor da rubrica de Outras reservas no montante de € 2 621 845,46, € 1 870 492,11, correspondem a um subsídio extraordinário concedido pelo Ministério das Finanças em 1997, para redução do passivo bancário da Fundação. Este subsídio extraordinário, foi directamente depositado no Banco Espírito Santo de forma a reduzir a conta corrente mantida com aquela entidade. Dado não se destinar a financiar actividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, o mesmo foi registado directamente no capital próprio.

Do valor da rubrica de Outras variações no capital próprio, no montante de € 22 549 654,52, € 18 000 000,00 correspondem a um subsídio extraordinário concedido pela Secretaria-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças e pelo Banco Espírito Santo, em partes iguais, para liquidação do valor da dívida bancária da Fundação. Este subsídio extraordinário, como não se destinou a financiar actividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, foi registado directamente no capital próprio.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DIRECTIVO

